

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

## Histórias Paralelas, Memórias Fragmentadas

Gláucia Aparecida Vaz

Doutora e Mestra em Ciência da Informação e Bacharela em Biblioteconomia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[glauucia-vaz@hotmail.com](mailto:glauucia-vaz@hotmail.com)

### Resumo

Seja para a construção de uma memória coletiva ou para o resgate de uma construção histórica, os arquivos se fazem presentes e essenciais no processo. Marcar a presença dos arquivos em acontecimentos sociais importantes permite que seja vista a extensão de suas ações que chegam hoje a um nível global. Equilibrar condições de acesso e de políticas que permitam o acesso é o grande desafio. As grandes disparidades sociais, os conflitos e suas consequências como a miséria e a pobreza, a desigualdade de gêneros e o racismo podem ser vistos em primeiro momento como imensas barreiras a serem vencidas. Mas, de fato, o que será demonstrado aqui é que essas barreiras são os pontos para os quais os arquivos podem voltar suas ações para a diminuição das desigualdades no mundo. Este trabalho discorre sobre a presença e representatividade de documentos referentes os movimentos sociais, em especial, o movimento feminista e o movimento negro.

**Palavras-chave:** Arquivos públicos. Movimentos sociais. Movimento negro.

*Parallel stories, fragmented memories*

### Abstract

Whether for the construction of a collective memory or the rescue of a historical construction, the archives are present and essential in the process. Marking archives at important social events allows us to see the extent of their actions reaching a global level today. Balancing access conditions and policies that allow access is a major challenge. Major social disparities, conflicts and their consequences such as misery and poverty, gender inequality and racism can be seen at first as huge barriers to be overcome. But, in fact, what will be demonstrated here is that these barriers are the points to which archives can turn their actions towards reducing inequalities in the world. This paper discusses the presence and representativeness of documents referring to social movements, in particular, the feminist movement and the black movement.

**Keywords:** Public Archives. Social Movements. Black Movement.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalqual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).



Periódico de Acesso Aberto

## 1 Introdução

Desde a mais alta antiguidade o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria “memória”, inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de grafite e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado. A memória, assim registrada e conservada, constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, sem os arquivos (MERLO; KONRAD, 2015).

O documento, portanto, é a memória registrada. De acordo com o Arquivo Nacional (2011 *apud* Merlo; Konrad, 2015, p. 29) “o fator determinante que confere a um documento a sua condição de documento arquivístico é que ele faça parte de um conjunto orgânico e cumpra uma determinada função ao ser produzido; de tal forma, qualquer ação ou acontecimento que se deve comprovar precisa da produção de um documento”.

Indolfo (2007, p. 29), por sua vez, afirma que

o documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

O documento de arquivo, produzido por uma instituição, ao longo de suas atividades, é, portanto, reflexo de uma atividade humana, muitas vezes involuntária, decorrente de rotinas institucionais, buscando documentar ações que quando ganham um valor informacional, permanecendo sempre com valor de prova. A dimensão de “prova” também integra o processo de construção da memória coletiva. Pode-se, por exemplo, discutir as diversas interpretações dos motivos de genocídios do passado (de indígenas, armênios, judeus *etc.*), mas a diversidade de pontos de vista não implica em momento algum na negação “factual” dos genocídios, e os documentos de arquivos servem para provar isso. A partir dessa perspectiva, pode-se entender que cada fundo, em poder dos Arquivos Públicos, são registros de memórias, capazes de reconstituir diversas facetas das práticas e dos valores individuais e coletivos.

Sobre a relação memória e arquivos, pode-se dizer, ainda, que “visto que os documentos são uma forma de expressão da memória, então os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva” (Pereira, 2011, p. 24 *apud* Merlo; Konrad, 2015, p. 35) Diversos autores tentaram delimitar e diferenciar a relação entre história e memória. Merlo e Konrad (2015, p. ?), por exemplo, acreditam que:

A relação entre memória e história, nunca é demais lembrar, não é uma equação simples, na qual dois conjuntos bem delimitados de elementos se tangenciam em pontos específicos. Embora não se confundam, posto que memória é, fundamentalmente, uma construção cultural livre, enquanto a história é operação intelectual enquadrada em convenções científicas, as duas frequentemente se embaralham. O problema da ‘verdade’ que, em princípio, poderia ser utilizado como o delimitador entre história e memória, tampouco é um demarcador de fronteiras entre as duas. Nem a história é uma ponte direta para ‘aquilo que realmente aconteceu’ como sonhavam os pais fundadores da disciplina no século XIX, nem a memória é, necessariamente, uma ficção imaginativa sem nenhum compromisso com o real.

Então seja para a construção de uma memória coletiva ou para o resgate de uma construção histórica, os arquivos se fazem presentes e essenciais no processo. Marcar a presença dos arquivos em acontecimentos sociais importantes permite que seja vista a extensão de suas ações que chegam hoje a um nível global.

Equilibrar condições de acesso e de políticas que permitam o acesso é o grande desafio. As grandes disparidades sociais, os conflitos e suas consequências como a miséria e a pobreza, a desigualdade de gêneros e o racismo podem ser vistos em primeiro momento como imensas barreiras a serem vencidas. Mas de fato o que será demonstrado aqui é que essas barreiras são os pontos para os quais os arquivos podem voltar suas ações para a diminuição das desigualdades no mundo.

De acordo com Alberti, Alves e Heymann (2017), a conexão entre arquivos e direitos está na base da própria noção de arquivos, já que documentos arquivísticos funcionam como evidência, podendo ser acionados em demandas individuais e coletivas visando à garantia de direitos, entre outras circunstâncias de natureza jurídica. Os documentos de arquivo, como subprodutos de atividades praticadas por instituições e indivíduos, no cumprimento de suas funções, de acordo com os padrões jurídicos da sociedade em que se inserem, já nascem com estatuto probatório.

Dessa maneira, pode-se observar, pela própria natureza de prova inerente ao documento arquivístico, que os arquivos são fundamentais não apenas na preservação da memória, da história e na construção de uma identidade coletiva, mas também para o resgate de provas para a promoção de justiça.

O documento arquivístico tem, conforme Brandi (2004), uma prevalência da instância histórica, o que o distingue da obra de arte, cuja instância estética muitas vezes é sobreposta ao valor histórico da peça. Mas apesar dessa prevalência histórica, o documento arquivístico pode despertar sentimentos que vão além dos fatos históricos.

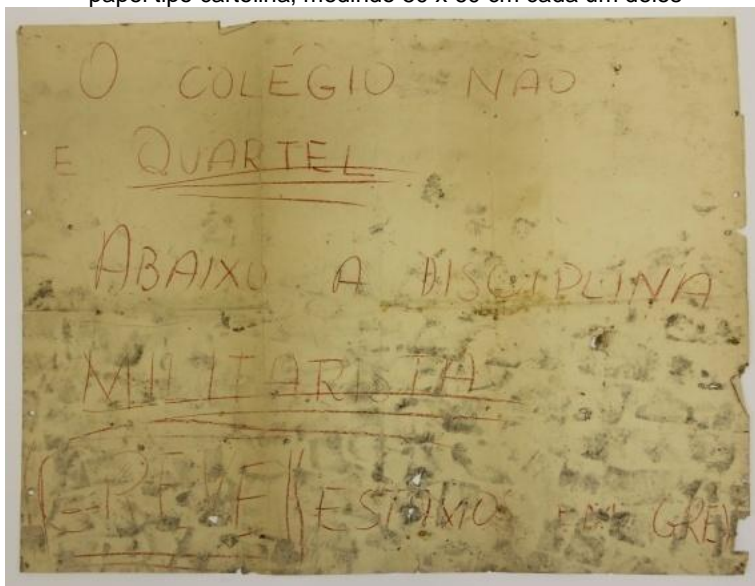
No Brasil, a documentação relacionada a movimentos sociais ou a grupos historicamente marginalizados geralmente estão sobre cuidados de organizações não governamentais e dependem de ações ainda feitas de forma isolada. Nesse trabalho trataremos de maneira específica sobre documentos relacionados ao movimento estudantil, ao movimento negro e sobre a dificuldade de construção de uma memória nacional feminista.

## 2 O Movimento Estudantil

Silva (2014) em uma pesquisa desenvolvida no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro buscou explorar a documentação referente ao movimento estudantil secundarista. Foram encontrados dois cartazes manuscritos atribuídos ao movimento estudantil secundarista da cidade do Rio de Janeiro. São cartolinas brancas, escritas com giz de cera, com palavras de ordem contra a ditadura. A documentação que acompanha os cartazes informa que os cartazes foram produzidos por alunos do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco, com uma data aproximada em 1968, provavelmente na greve estudantil de 1968. Os cartazes foram apreendidos pela polícia e registrada ocorrência da atitude suspeita de certos alunos.

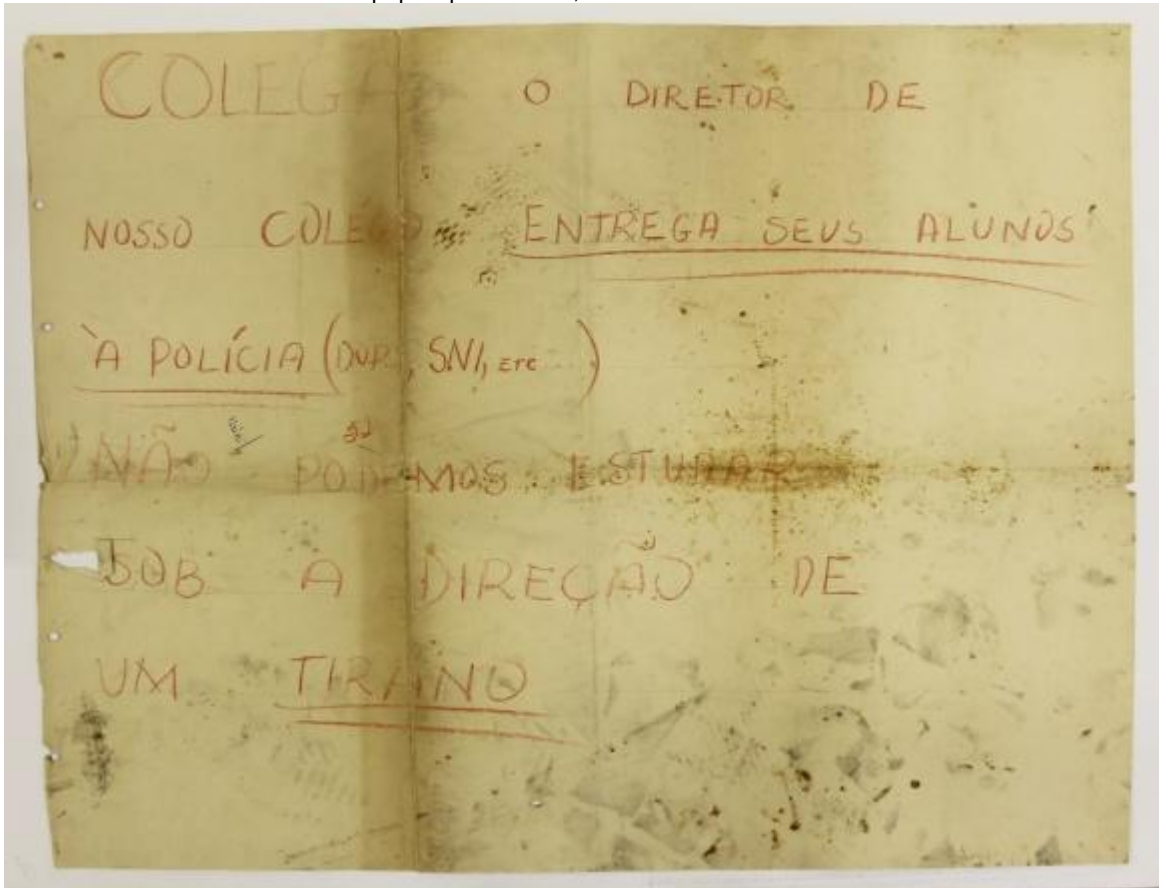
Após ter sido feita higienização, os cartazes foram mostrados a um grupo de professores, que demonstraram desde risos até lágrimas diante dos cartazes. Silva (2014) chama a atenção para a imensidão de possibilidades de tudo que pode ter acontecido ao redor de tais cartazes, dentro daquele colégio, naquele contexto de repressão vivido por todos. As marcas conservadas nos cartazes despertam a imaginação de como se deu a sua produção e de toda a agitação que podem ter provocado.

**Figura 1** – Cartaz apreendidos no Colégio Estadual Camilo Castelo Branco – manuscritos a giz de cera de cor vermelha, em papel tipo cartolina, medindo 50 x 60 cm cada um deles



Fonte: (LEAL, 2013 *apud* SILVA, 2014, p. 12).

**Figura 2** – Cartaz apreendido no Colégio Estadual Camilo Castelo Branco – manuscritos a giz de cera de cor vermelha, em papel tipo cartolina, medindo 50 x 60 cm cada um deles



Fonte: (LEAL, 2013 *apud* SILVA, 2014, p. 55).

É importante destacar que essa ação é apenas uma que envolve uma grande pesquisa no Setor Estudantil do Fundo Polícias Políticas do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, que já possui listas de nomes de estudantes, relatórios de incursões a escolas e material apreendido nestas, principalmente, cartazes.

A valorização dos movimentos sociais, reconta, mais uma vez a história já conhecida e contada e é capaz de despertar nas pessoas sensações jamais imaginadas, colocando cada vez mais como protagonista, o cidadão, que percebe, que as mudanças ocorridas no país, teve e pode vir a ter sempre, a sua participação.

A história das classes subalternas é sempre fragmentar e episódica (GRAMSCI, 1977, *apud* MARQUES; STAMPA, 2010). A construção ou reconstituição histórica de movimentos sociais e questões de importância a serem debatidas sobre interesses e garantias de direitos das minorias é sempre complexa. De maneira que os arquivos públicos não abrigam toda a documentação sobre esses movimentos. A maior parte das informações vem de arquivos pessoais, dispersos que necessitam de um pesquisador ávido para juntar, compreender e contextualizar todas as histórias.

A memória dos movimentos sociais serve para demonstrar à sociedade a sua força de mobilização e de sustentação da democracia que está sedimentada na liberdade de manifestação, nas lutas diárias e reivindicações em busca do estabelecimento da igualdade e de direitos urgentes que surgem de acordo com os avanços de comportamento e pensamento sociais. De acordo com Marques e Stampa (2010, p. 28):

O trabalho de investigação sobre esses temas se defronta com a fragilidade dos documentos, a precariedade dos registros, a falta de conservação de fontes, o parco registro da memória social, limites próprios aos grupos sociais subalternos em razão mesmo das dificuldades que eles têm de produzir sua própria história. Mas também se depara com dificuldades teórico-metodológicas, que envolvem a discussão da importância dessas

lutas, de formas a trabalha-las de maneira a se aproximar de uma narrativa que ultrapasse uma história de organizações (importante, mas não suficiente) e as conduza para uma história de grupos sociais, que explicita a densidade das experiências vivenciadas, a singularidade dos embates, a complexidade dos elementos neles envolvidos e que supõem conflitos, alianças, lealdades, reciprocidades.

Geralmente esses movimentos sociais não possuem uma organização tão bem estruturada e o que se encontra de maneira geral são documentos fragmentados de seu contexto o que dificulta muito o processo de reconstrução histórica e perpetuação da memória.

## 2.1 A Construção de uma Memória Feminista

Atualmente, questões como o empoderamento feminino, sororidade, feminicídio, misoginia e outros conceitos são discutidos constantemente nas mídias e redes sociais demonstrando um tempo ainda de lutas, mas também de algumas conquistas para as mulheres. No entanto, não se possui de fato uma política nacional que busque destacar a participação das mulheres no processo de construção da história de nosso país. Em artigo, o Coletivo Não Me Kahlo (2018) destaca que a inserção e a participação das mulheres na política brasileira e em movimentos sociais, na maioria das vezes elas ficam a margem da história. O Coletivo Não Me Kahlo (2018) faz uso do termo “memoricídio” para destacar o fato de que mesmo o Rio de Janeiro, que por muito tempo foi o epicentro de grandes movimentos nesse contexto, não possui nenhum museu, arquivo, biblioteca, ou centro especializado para contar a história das mulheres que contribuíram para o avanço das discussões sobre a igualdade de gêneros no Brasil.

Sobre a dificuldade da construção da memória nacional feminista, o Coletivo Não Me Kahlo (2018, documento online) destaca que:

Observamos que, assim como em outros países, no Brasil há processos do esquecimento e do silenciamento de determinados grupos sociais ou de personagens individuais, assim, esses casos que não são isolados, podem ser reconhecidos desde a sua colonização até os dias atuais. São atividades recorrentes, que vão à contramão de um discurso de construção de uma sociedade democrática buscando a ampliação da prática da cidadania dos que aqui vivem. Acreditamos que com uma política de memória do movimento feminista brasileiro, as ações e a história dessas mulheres seriam preservadas e não terminariam na galeria dos esquecimentos como muitos outros grupos. Por exemplo, ao pesquisarmos sobre os arquivos de pessoas da escritora, jornalista e feminista Patrícia Galvão, a Pagu, nos deparamos com algumas dificuldades por conta da fragmentação e descaso com a documentação da mesma. Cerca de três mil arquivos originais da militante tiveram um ‘final feliz’ e encontram-se digitalizados e disponíveis no Centro de Estudos Pagu na Unisanta, em Santos, sob a coordenação de Lúcia Maria Teixeira Furlani. Outra parte da documentação pessoal foi encontrada em sacos destinados à coleta pública de lixo, em uma das ruas do bairro Butatã, na cidade de São Paulo, pela catadora de papéis Selma M. Sarti, durante a coleta naquela região. A mesma entregou os documentos à UNICAMP e em seguida o acervo foi incorporado ao Arquivo Edgard Leuenroth, como coleção Pagu e Geraldo Ferraz. Mas quantas outras não tiveram a mesma ‘sorte’ e continuam desconhecidas pelo público?

A fragmentação dessa documentação entre outros inúmeros problemas estruturais fruto de uma ausência de política nacional de arquivos e de uma política documental é o principal desafio a ser enfrentado. A documentação referente a movimentos sociais deve ser compreendida além da objetividade do documento de arquivo, pois possui uma subjetividade, que exige um tratamento especial e formas de difusão igualmente diferenciadas para que o público em geral possa conhecer a história que permanece em grande parte a margem da história oficial divulgada e tomada como verdade absoluta no âmbito escolar. Fato, esse que fragmenta não só a nossa história e memória passadas, mas compromete de forma significativa o nosso futuro, quando não nos permite conhecer as várias faces e os vários atores que contribuem para a construção da história nacional. Coletivo Não Me Kahlo (2018) também destaca a importância dos Arquivos Pessoais, como um importante elemento para reconstrução histórica e preservação da memória.

A autora também aponta como um fator primordial para o descaso com os acervos referentes ao movimento feminista, a ausência de mulheres na narrativa da história tradicional, sendo as mulheres ainda mais apagadas dos registros históricos. Pois sempre houve mulheres lutando, criando e pesquisando, mas suas histórias não foram registradas, pois sempre se considerou que tudo isso seriam atitudes muito ousadas para uma mulher.

Logo abaixo estão escritos os principais movimentos feministas no Brasil que colaboraram para inúmeras conquistas:

**Figura 3 – Conquistas feministas**

Partido Republicano Feminino - PRF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF	União Feminina do Brasil – UFB
O partido político foi fundado no Rio de Janeiro em dezembro de 1910 com o objetivo de representar e integrar as mulheres na sociedade política. O surgimento do partido deu-se com a reunião de 27 mulheres (professoras, donas de casa, escritoras, etc) para a assinatura da ata de fundação e foi presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro. Em novembro de 1917, o partido promoveu uma marcha pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres, fato que atraiu a atenção da imprensa com destaque.	A FBPF foi fundada no Rio de Janeiro em 1922, com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira, tendo como uma de suas líderes, Bertha Lutz. Sua maior conquista foi do direito da mulher ao voto, reconhecido pelo Código Eleitoral em 1932. Em 10 de novembro de 1937, o movimento foi formalmente extinto.	A União foi fundada em maio de 1935, filiada à Aliança Nacional Libertadora, com o objetivo de defender os interesses da mulher, em especial as precárias condições de trabalho, a luta pelo direito econômico, sociais, políticos e civis da mulher. Além da elevação de nível cultural. Foi fechada em 11-07-1935 pelo Decreto n.229.

**Fonte:** Coletivo Não Me Kahlo (2018).

Coletivo Não Me Kahlo (2018, documento online) trabalha com uma ideia de “política pública de memória como conjuntos de ações e/ou atividades desenvolvidas pelo Estado podendo ou não ter a participação de entes públicos ou privados, que visam reconhecer a memória de uma sociedade com o intuito de colaborar para o processo de identificação dos grupos sociais”.

Com o objetivo de mapear os arquivos privados pessoais de ativistas feministas do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950) para endossar uma política memorial dos movimentos de luta em prol das mulheres contanto que através da história de suas militantes, Coletivo Não Me Kahlo (2018) analisou instituições do Rio de Janeiro que possuíam em seus acervos arquivísticos fundo de arquivos pessoais ou coleções de inúmeras personalidades brasileiras atuante em diversas áreas. Os documentos referentes a essas mulheres ativistas poderiam ser acessados de acordo com suas respectivas profissões e não por sua atuação feminista de forma direta.

Foram localizados dez órgãos dentro do perfil desejado, em seguida foram consultados seus guias para que fossem identificados os fundos e coleções. As instituições e acervos investigados foram: Arquivo Nacional – *Acervos Privados*; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – *Coleção*; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – *Coleções Particulares*; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas) – *Arquivos Pessoais*; Centro de Documentação e Informação (Fundação Nacional de Arte) – *Coleções*; Instituto Moreira Salles – *Acervos do Departamento de Literatura*; Academia Brasileira de Letras – *Acervos Arquivísticos*; Biblioteca Nacional – *Acervo de Manuscritos*; Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (Fundação Casa de Rui Barbosa) – *Fundo e Coleções* e Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – *Coleções Particulares*.

A pesquisa encontrou em um universo de 1.217 de fundos/coleções, 1.022 são de homens, 107 de mulheres, 25 de famílias e 63 de instituições/empresas e outros. Dos 107 de mulheres, apenas três coleções são de feministas atuantes no Rio de Janeiro no período pesquisado (COLETIVO NÃO ME KAHLO, 2018). Na tabela abaixo é possível identificar de maneira mais clara os fundos investigados e aqueles que foram identificados de acordo com o interesse da pesquisa:

Figura 4 – Fundos investigados

Instituição	Total de fundos privados ou coleções	Total de fundos privados ou coleções de mulheres	Total de fundos privados ou coleções de feministas
Arquivo Nacional	305	26	0
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	9	2	0
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	22	1	0
CPDOC	172	8	0
Funarte	77	15	0
Instituto Moreira Salles	24	8	0
Academia Brasileira de Letras	261	7	0
Biblioteca Nacional -	168	18	2
Arquivo-Museu de Literatura Brasileira	145	18	1
Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro	34	4	0 (*)

Fonte: Coletivo Não Me Kahlo (2018).

Os acervos das três feministas localizados foram: Arquivo Eugênia Álvaro Moreyra (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira), Coleção Maria Werneck de Castro (Biblioteca Nacional) e Coleção Nise da Silveira (Biblioteca Nacional). Todas fizeram parte da União Feminina Brasileira, tendo inclusive ficado detidas juntas na Sala 4 da Casa de Detenção do Conjunto da Rua Frei Caneca em dezembro de 1935 (COLETIVO NÃO ME KAHLO, 2018)

Outros acervos de feministas também foram encontrados e, mesmo que não sejam nas datas-limite examinadas, divulgamos aqui para ajudar a disseminar a memória dessas mulheres. São eles: Coleção Ana Maria Batista e Coleção Antonieta Campos da Paz, ambas integrantes do acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. As duas mulheres eram filiadas ao PCB, participantes de movimentos feministas e atuaram na segunda metade do século XX. Outros dois fundos que não são privados particulares, porém podem conter documentos pessoais de feministas dentro do seu conjunto são: Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino do Arquivo Nacional e o Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (COLETIVO NÃO ME KAHLO, 2018).

O Arquivo Nacional da França com apoio do Ministério da Cultura desenvolve um projeto chamado *Grand Collection* que é organizado pelo serviço interministerial dos Arquivos da França, em parceria com a Biblioteca Nacional da França, por ocasião do Dia Internacional dos Arquivos da UNESCO, o *Grand Collection* é uma operação nacional que convoca todos os cidadãos a confiarem seus documentos pessoais ou familiares para instituições parceiras do evento: memórias de família, correspondência, documentos de viagem, fotografias, diários, cadernos etc. A descrita Grande Coleção permite que as

instituições arquivísticas consolidem seus fundos e permite que os pesquisadores encontrem mais facilmente material para a escrita da história. Além disso, ao convidar a população a participar do projeto, busca conscientizar o público sobre o valor que os arquivos privados representam para a história e para o enriquecimento da memória coletiva (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018).

Em sua última edição lançada em junho de 2018, a *Grand Collection* foi dedicada às mulheres. Mulheres com atuações na política, intelectuais, cientistas, mulheres ativistas, mulheres artistas, mulheres no trabalho, mulheres em suas vidas diárias, anônimas como personalidades: a Grande Coleção está interessada em todas as mulheres, sem as quais não haveria história. Sua ambição é reunir correspondências privadas, como diários ou autobiografias, arquivos fotográficos e audiovisuais, testemunhos orais, arquivos privados relacionados a lutas sociais em empresas, testemunhos de compromissos políticos, fundos sindicais e associativos, arquivos de pesquisadores, artistas, intelectuais etc. Além disso, o projeto também visa reunir documentos raros, como arquivos mais íntimos, jornais e registros feitos em diários (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018).

### 2.1.1 O Movimento Negro

O Movimento negro, também importante movimento social em busca de promoção de igualdade tem seus registros fragmentados. De acordo com Gomes (2011, p. 133) “O movimento negro é entendido como um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs na luta pela construção de uma sociedade democrática”. Por esse motivo seus registros históricos devem ser preservados e divulgados. A marginalização do movimento e os resquícios deixados pela escravidão fizeram que sua história fosse pulverizada, tendo nas últimas décadas buscado iniciativas para realizar esse resgate. Em 13 de maio de 2018, em comemoração aos 130 anos de abolição da escravidão no Brasil, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Casa Civil, colocou em seu site 23 jornais e revistas chamados de “Imprensa Negra” brasileira. Trata-se de uma coleção de periódicos publicados por várias vertentes do movimento negro no país durante as primeiras décadas do século XX. A iniciativa visa ampliar o acesso ao acervo que antes era possível apenas na instituição.

Segundo notícia veiculada em site institucional do Governo do São Paulo, os periódicos disponibilizados

foram publicados por várias correntes do movimento negro, como o jornal *A Voz da Raça*, da Frente Negra Brasileira. Fundado em 1933, o jornal é tido como um dos mais importantes do gênero, sendo bastante lido também fora da comunidade negra. *A Voz da Raça* circulou até 1937, totalizando 70 edições. Outro exemplo é o jornal *Quilombo* (1950), editado por Abdias do Nascimento, célebre militante e agitador cultural. O periódico tinha a função de articular e divulgar a Convenção Nacional do Negro Brasileiro. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011, documento online).

Sobre a expressão “Imprensa Negra”, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (2011, documento online) explica que ela

[...] é comum no meio acadêmico para designar títulos de jornais e revistas publicados em São Paulo após o processo abolicionista, no final do século XIX, assim, esses periódicos destacaram-se no combate ao preconceito e na afirmação social da população negra, funcionando como instrumentos de integração do mencionado grupo na sociedade brasileira no início do século XX. Além disso, esses jornais também atuavam na divulgação de eventos cotidianos da população negra, tais como festas, bailes, concursos de poesia e beleza, os quais raramente apareciam em veículos da grande imprensa.

Uma importante iniciativa para o resgate para a memória do Movimento Negro no Brasil é Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO) que atua na recuperação da história e dos valores culturais negros, promovendo respeito à identidade por meio de fóruns, cursos, pesquisas, exposições, publicações, memória e patrimônio.

O IPEAFRO tem apoio e parceria do Arquivo Nacional, *Library of Congress*, Fundação Biblioteca Nacional, *Ford Foundation* e da *Center of Research Library*. Foi fundado em 1981 por Abdias Nascimento tendo sua primeira sede na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1983 lançou a revista *Afrodíaspóra* que funcionou como importante instrumento para estímulo a pesquisa, análise e divulgação do universo afro-americano e diaspórico. Devido à falta de estrutura da PUC-SP para salvaguardar seu acervo, teve sua sede transferida para o Rio de Janeiro em 1984.

Um dos seus principais trabalhos é a recuperação, preservação e divulgação do acervo de Abdias Nascimento, contribuindo para a reconstrução da história de todo o povo negro. Parte do acervo está disponível online e está dividido em cinco sessões:



Teatro Experimental do Negro, Museu de Arte Negra, Atuação Política de Abdias Nascimento, Biografia e Produção Intelectual de Abdias Nascimento e Ipeafro. Todo o acervo está disponível para a acesso e pesquisa.

O Irohìn Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-Brasileira presta um importante serviço para a comunidade negra disponibilizando em sua página na internet, as versões digitalizadas do Jornal Irohìn que circulou entre 1996 e 2009, divulgando notícias importantes para os negros, colocando em evidência personalidades e acontecimentos que por muitas vezes são ignorados pela história difundida no país com uma hegemonia branca e elitizada.

Além de disponibilizar a coleção do Jornal Irohìn, a entidade possui material bibliográfico e arquivístico referentes às entidades e organizações ligadas ao Movimento Negro no Brasil. Todo esse material está à disposição de estudantes, professores, pesquisadores e público em geral. A entidade considera que a memória referente aos fatos políticos e culturais relacionados aos negros e ao enfrentamento do racismo costuma ter pouco espaço, o que justifica suas ações para difusão e preservação da história e memória do povo negro.

O Movimento Negro Unificado (MNU) completou 40 anos em julho de 2018 e para comemorar a data o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp promoveu um debate com fundadores e representantes do movimento. Na ocasião também foi realizada a exposição “Varal da Memória”, com materiais de divulgação do MNU que circularam entre os anos de 1981 e 1996. Os documentos, em sua maioria boletins informativos ou com caráter educativo, que fazem parte do Fundo Clóvis Moura, de propriedade do CEDEM.

As iniciativas demonstradas aqui evidenciam a existência de uma história oficializada e uma outra história, paralela, construída por grupos socialmente marginalizados que precisam ser preservadas e divulgadas. Os Centros de Memória, no aludido sentido são ferramentas fundamentais para recontar a história e promover a preservação da memória resgatando os registros da força dos movimentos populares.

### 3 Considerações Finais

A fragmentação da documentação, entre outros inúmeros problemas estruturais, fruto de uma ausência de política nacional de arquivos e de uma política documental é o principal desafio a ser enfrentado. A documentação referente a movimentos sociais deve ser compreendida além da objetividade do documento de arquivo, pois possui uma subjetividade, que exige um tratamento especial e formas de difusão igualmente diferenciadas para que o público em geral possa conhecer a referenciada história que permanece em grande parte a margem da história oficial divulgada e tomada como verdade absoluta no âmbito escolar. Fato, assim, tal que fragmenta não só a nossa história e memória passados, mas compromete de forma significativa o nosso futuro, quando não nos permite conhecer as várias faces e os vários atores que contribuem para a construção da história nacional.

O resgate da memória dos grupos e movimentos sociais é a garantia de uma construção histórica na sua integralidade, fazendo com que os grupos historicamente marginalizados, saiam das sombras e possam ser de fato protagonistas de suas trajetórias que por vezes passa pela interlocução de atores sociais que não se mostram capazes de integrar e contar a história com suas diversas perspectivas.

### Referências

ALBERTI, Verena; ALVES, Carolina; HEYMANN, Luciana. Impossível paraíso? Um arquivo marcado pela temática dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano 3, n. 5, p. 91-100, 2017. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/artigo\\_06.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_06.php) Acesso em: 8 abr. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Imprensa Negra é destaque no site do Arquivo Público**. São Paulo, 11 maio 2011. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/imprensa-negra-e-destaque-no-site-do-arquivo-publico/> Acesso em: 9 abr. 2019.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

COLETIVO NÃO ME KAHLO. **Política Memorial de feministas**: a escassez de fontes documentais no Rio de Janeiro. 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/politica-memorial-de-feministas-a-escassez-de-fontes-documentais-no-rio-de-janeiro/> Acesso em: 9 abr. 2019.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de sabers. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/19037> Acesso em: 9 abr. 2019.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553> Acesso em: 08 maio 2014.

MARQUES, Antonio Jose; STAMPA, Inez Terezinha. **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glauca Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 – 42, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705> Acesso em: 9 abr. 2019.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Culture. **Archives de femmes, Histoire des femmes – Prochaine édition de la Grande Collecte le 9 juin 2018**. Paris, 6 juin 2018. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/Presse/Communiqués-de-presse/Archives-de-femmes-Histoire-des-femmes-Prochaine-edition-de-la-Grande-Collecte-le-9-juin-2018> Acesso em: 9 abr. 2019.

SILVA, Ivy Souza da. **Cartazes do Movimento Estudantil**: a contribuição da conservação para a construção da memória da atuação secundarista na Ditadura Militar. 2014. 96 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória em Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12128/UNIRIO%20PPGMS%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ivy%20Souza%20da%20Silva.pdf?sequence=1> Acesso em: 9 abr. 2019.

Artigo submetido em: 26/08/2019  
Aceito em: 30/12/2019.



Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia



Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.